

O Novo Regime Jurídico das Sociedades Desportivas

**Decreto-Lei
n.º 10/2013, de
25 de Janeiro**

Foi publicado em Diário da República, no passado dia 25 de Janeiro de 2013, o diploma que vem reformular o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais, revogando, para tanto, o Decreto-Lei n.º 67/97, de 3 de Abril (na redacção dada pela Lei n.º 107/97, de 16 de Setembro, e pelos Decretos-Lei n.ºs 303/99, de 6 de Agosto, e 76-A/2006, de 29 de Março).

Este diploma, que entrará em vigor no dia 1 de Julho de 2013, será aplicável à época desportiva 2013/2014.

Impondo que a participação em competições desportivas profissionais se concretize sob a forma jurídica societária, este diploma vem extinguir o chamado “regime especial de gestão”, permitindo apenas a opção entre a constituição de uma sociedade anónima desportiva (SAD) ou de uma sociedade desportiva unipessoal por quotas (SDUQ, Lda).

Não obstante esta alteração, e sem prejuízo das especificidades resultantes das exigências próprias a actividade desportiva que constitui o seu objeto, as sociedades desportivas continuam a ser subsidiariamente reguladas pelas regras gerais aplicáveis às sociedades comerciais (anónimas e por quotas).

Assim, as sociedades que participem em competições profissionais de futebol não podem ter um capital social inferior a €1.000.000,00 ou a €250.000,00, para as sociedades que participem na 1ª Liga, consoante adoptem o tipo de sociedade anónima ou de sociedade unipessoal por quotas.

Já para as sociedades desportivas que participem na 2ª Liga, o capital social não poderá ser inferior a €200.000,00 ou €50.000,00, consoante adoptem o tipo de

sociedade anónima ou de sociedade unipessoal por quotas.

Quanto à realização do capital social, dispõe o diploma que a realização, em dinheiro, de metade do capital social pode ser diferida pelo prazo máximo de dois anos.

O diploma admite a participação de entes públicos, estabelecendo que as Regiões Autónomas, os Municípios e as Associações de Municípios podem deter uma participação de até 50% do capital social das sociedades anónimas desportivas sediadas na sua área de jurisdição, não podendo, no entanto, tal participação exceder 50% dos capitais próprios da sociedade.

Trata-se aqui, segundo o preâmbulo do diploma, de uma inovação com vista ao reforço do controlo financeiro sobre a participação das entidades públicas nas sociedades desportivas.

Relativamente às participações sociais o diploma estabelece, consoante se trate de sociedades anónimas desportivas ou de sociedades desportivas unipessoais por quotas, que:

As acções das sociedades anónimas desportivas - que são sempre nominativas e que não podem ser objeto de limitações à sua transmissibilidade – são de duas categorias:

- Categoria A: as que se destinam a ser subscritas pelo clube fundador, nos casos em que a sociedade tenha sido através da personalização jurídica de uma equipa;
- Categoria B: as restantes.

O capital social sociedades desportivas unipessoais por quotas dever ser representado por uma quota única, indivisível e intransmissível, que pertence integralmente ao clube fundador.

O diploma dispõe ainda quanto aos órgãos sociais e à administração da sociedade, estabelecendo que o órgão de administração deverá ser composto por um número de membros, fixado nos estatutos, num mínimo de um ou dois gestores executivos, consoante se trate, respectivamente, de uma sociedade desportiva unipessoal por quotas ou de uma sociedade anónima

desportiva. Mais determina que estes deverão dedicar-se a tempo inteiro à gestão das respectivas sociedades.

Sem prejuízo do regime das incompatibilidades previstas para os demais dirigentes desportivos na lei geral e em normas especiais, não poderão assumir os cargos de administradores ou gerentes de sociedades desportivas: (i) os titulares de órgãos sociais de federações ou associações desportivas de clubes da mesma modalidade; e (ii) os praticantes profissionais, os treinadores e árbitros em exercício, da mesma modalidade.

O diploma estabelece ainda regras especiais aplicáveis ao aumento de capital das SAD e a necessidade de autorizações especiais em caso de alienação ou oneração, a qualquer título, de bens do património imobiliário das sociedades.

No que concerne ao regime fiscal das sociedades desportivas, o diploma remete para “lei especial”, aplicando-se-lhes directamente, na falta desta, as leis tributárias gerais.

Martim Anahory
Ana Sofia Simões
Contactos:
ma@slcm.pt
as@slcm.pt

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito dos Seguros // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação